

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PARA OFERTA PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES DA CIA INTER-ATLÂNTICO DE ARRENDAMENTO
MERCANTIL**

251353

Pelo presente instrumento, (1) como **EMITENTE, CIA INTER-ATLÂNTICO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**, companhia com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco nº 110, 31º andar, parte, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 34.111.187/0001-12, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; (2) como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta escritura, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, sociedade com sede no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar, inscrita no CGCMF sob nº 15.227.994/0001-50, e filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Contrato Social; mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A Presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da **EMITENTE**, realizada em 29 de maio de 1995.

II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A presente emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6.385 de 07.12.76 e nº 6.404 de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

III - DOS REQUISITOS DE ARQUIVAMENTO E REGISTRO

1) Arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

A ata da Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a presente emissão de debêntures, será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.



2) Registro de Escritura:

Esta escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

IV - DA EMISSÃO

I. A emissão observará as seguintes condições e características:

1. Subscrição: As debêntures serão objeto de subscrição pública, através de instituições financeiras, para negociação no mercado de balcão, na forma prevista no item 7 abaixo.

2. Valor da emissão e divisão em séries: A emissão monta a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data de emissão, sendo as debêntures de série única.

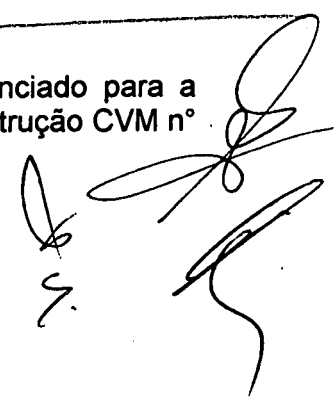
3. Forma: As debêntures serão escriturais, sem emissão de cautelares, para serem negociadas no mercado secundário, tais títulos serão registrados junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).

4. Quantidade e Valor nominal das debêntures: Serão emitidas 100.000 (cem mil) debêntures com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

5. Preço de subscrição e integralização: As debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal, corrigido monetariamente, "pro rata temporis" a partir da data de emissão, pela Taxa Referencial ("TR"), calculada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, e o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário. Ao valor nominal atualizado serão acrescidos os juros calculados "pro rata temporis", desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, de acordo com o item 11 abaixo.

6. Data de emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01.06.1995.

7. Modo de colocação: Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.



8. Espécie: As debêntures são da espécie subordinada, sem garantia, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 60 da Lei nº 6404/76.

9. Vencimento: As debêntures terão um prazo de duração de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de emissão, vencendo-se no dia 31 de maio de 1997, quando serão amortizadas integralmente.

10. Correção Monetária:

10.1. O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, pela Taxa Referencial - TR, calculada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, e o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário.

10.2. Caso seja extinta a TR, ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de correção monetária nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas obrigações, a remuneração das debêntures deixará de ser a correção monetária com base na TR acrescida de juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano, e passará a ser, em substituição, uma taxa de juros flutuante que equivalerá à média aritmética das taxas de juros remuneratórios do depósito padrão vigente nos seguintes dias: no primeiro dia útil imediatamente anterior ao início do período contratual, no dia do início do período contratual e no dia útil posterior ao início do período contratual.

10.3. Se a ANBID não divulgar as taxas referenciais dos dias descritos em 10.2 acima, adotar-se-á, então, para o mesmo fim e efeito, a uma taxa equivalente à média aritmética das taxas de captação e depósitos, para volumes de aplicação individual, a partir do volume correspondente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), corrigidos pela TR a partir da Data de Emissão, praticadas pelos 5 (cinco) maiores bancos negociadores nos aludidos dias, taxas essas de condições idênticas às dos depósitos a prazo mais negociados.

10.4. Para os efeitos do item 10.2 acima, entende-se como: (i) Depósito Padrão, o depósito bancário a prazo, com taxa pré-fixada ou pós-fixada, do tipo mais negociado à época do estabelecimento da taxa para o período contratual, de acordo com o levantamento divulgado pela Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID; (ii) período contratual, como sendo os espaços de tempo cuja duração será idêntica a dos depósitos padrão, utilizados para a amostragem da taxa, sendo variável esta duração conforme o prazo de depósitos que representar o maior volume de captação nas datas de amostragem, em relação à captação total do mercado.

10.5. Na hipótese da taxa de juros flutuantes, por determinação legal, não puder ser utilizada como remuneração das obrigações oriundas de debêntures, será utilizado o critério definido em lei para a substituição da TR, permanecendo os juros remuneratórios definidos no item 11 abaixo. Não havendo determinação legal para substituição da TR, o AGENTE

FIDUCIÁRIO convocará Assembléia dos Debenturistas para deliberar sobre a proposta da EMITENTE a respeito da substituição necessária.

11. Juros Remuneratórios: Às debêntures serão conferidos juros efetivos à razão de 12% (doze por cento) ao ano, que serão sempre calculados exponencialmente, por dias decorridos, a partir da data de emissão ou, se ocorrido vencimento, da data do último vencimento de juros, e incidentes sobre o valor nominal atualizado, pagos semestralmente, sendo que o primeiro pagamento dar-se-á em 1º de dezembro de 1995 e os demais a cada 06 (seis) meses, a partir daquela data. Para todos os efeitos de cálculo, o ano será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

A EMITENTE pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, resgates facultativos e vencimento antecipado.

12. Prêmio: As debêntures não farão jus a prêmio.

13. Juros Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e correção monetária, tal como estabelecido neste instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

14. Conversibilidade: As debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Companhia.

15. Publicação na Imprensa: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, em prazos tais que permitam aos debenturistas o acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

16. Local de Pagamento: Os pagamentos referentes a principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema, em instituições financeiras contratadas para este fim pela EMITENTE.

17. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento, pela EMITENTE, de qualquer obrigação, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item 11 (Juros Moratórios), o não comparecimento do debenturista para

receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMITENTE, nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros e correção monetária no período relativo ao atraso no recolhimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

19. Fundo de Amortização: Não será constituído qualquer Fundo de Amortização das Debêntures.

20. Vencimento Antecipado: O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto desta emissão, e exigir o imediato pagamento, pela EMITENTE, do valor nominal corrigido monetariamente "pro rata temporis", até a data do seu efetivo pagamento de acordo com o estipulado no item 10 acima, acrescido de juros, na ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) Protesto legítimo e reiterado de títulos de crédito de responsabilidade da EMITENTE;
- (ii) Decretação de administração temporária ou de liquidação da EMITENTE;
- (iii) Falta de cumprimento, pela EMITENTE, de qualquer obrigação prevista na citada escritura de emissão de debêntures, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e,
- (iv) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMITENTE, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMITENTE, previstas na citada escritura de emissão de debêntures.

21. Aquisição Facultativa: A EMITENTE poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal corrigido, acrescido de juros, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15.12.76. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMITENTE ou serem novamente colocadas no mercado.

22. Resgate Antecipado: A EMITENTE reservar-se-á o direito de, a qualquer tempo, porém sempre no primeiro dia de cada mês, observado o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de subscrição, resgatar as debêntures pelo seu valor nominal atualizado e acrescido dos rendimentos "pro rata temporis", sem ônus adicional para a Sociedade. O resgate poderá ser total ou parcial, neste último caso mediante sorteio, o qual será precedido de aviso publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, nos jornais descritos no item 15 acima.

V. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMITENTE

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO :

a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;

b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMITENTE ou à sua administração e das respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMITENTE;

c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 06.12.93, nos prazos previstos na citada Instrução; e

d) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais, ordem do dia antes de a assembléia se realizar.

2. A EMITENTE obriga-se, ainda a:

a) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;


b) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;

c) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

d) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMITENTE por mais de 2 (dois) dias úteis.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Fica constituído e nomeado AGENTE FIDUCIÁRIO para a Presente Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, acima qualificado, o qual já manifestou sua aceitação a tais funções.


1. Remuneração: a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, a **EMITENTE** pagará ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) parcelas anuais, pagas antecipadamente, de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela paga no 1º dia do mês seguinte ao da obtenção do registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários, e as demais nos mesmos dias e meses dos anos subsequentes;

b) as parcelas anuais serão corrigidas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - Série R (IPC-r), calculado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão de debêntures, a partir de 01.06.95 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro rata dies", se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante utilização do IPC-r do mês anterior;

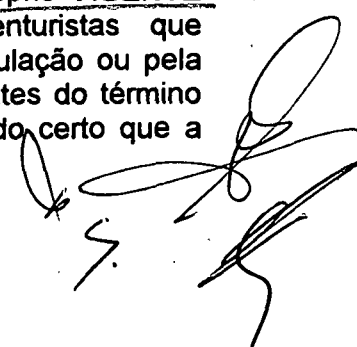
c) a remuneração não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, as quais deverão ser cobertas pela **EMITENTE**. Na hipótese das mesmas serem superiores a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), deverão ser previamente aprovadas pela **EMITENTE**;

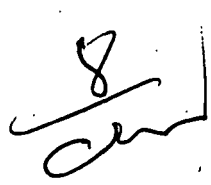
d) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **EMITENTE**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese da **EMITENTE** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias;

e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão.

2. Substituição

Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas, para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMITENTE**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a **EMITENTE** efetuar-lá, sendo certo que a





CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

2.1. - Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

2.2. - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das **DEBÊNTURES** no mercado, procederá substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim, mediante a aprovação de debenturistas representando a totalidade dos títulos em circulação.

2.3. - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

2.4. - A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma Escritura.

2.5. - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura de emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

2.6. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

3. Deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

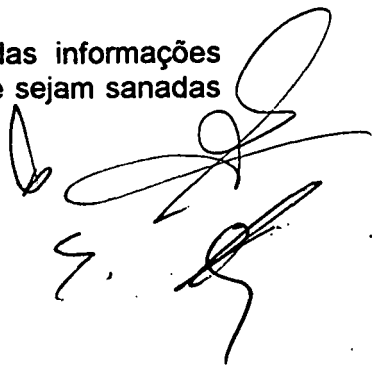
Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:


a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos e outros papéis relacionados ao exercício de suas funções, recebidos da EMITENTE;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;




e) promover nos competentes órgãos, caso a EMITENTE não o faça, o registro da Escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das DEBÊNTURES;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMITENTE;

i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMITENTE;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMITENTE deve efetuar suas publicações;

k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) elaborar relatórios mensais destinados aos debenturistas, com as informações previstas no artigo 68, Parágrafo 1º, alínea "b" da Lei 6.404/76, consolidados em relatório anual;

m) colocar os relatórios mensais e o relatório anual de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de, respectivamente, 15 (quinze) dias do encerramento de cada mês e 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMITENTE, respectivamente, ao menos nos seguintes locais:

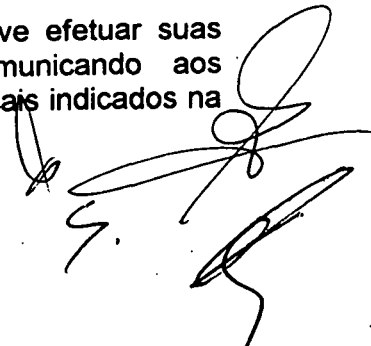
m.1. na sede da EMITENTE;

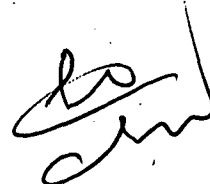
m.2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3. na CVM;

m.4. nas instituições que lideraram a colocação das DEBÊNTURES;

n) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMITENTE deve efetuar suas publicações, e às expensas da EMITENTE, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";





o) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 7 (sete) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMITENTE**, de obrigações assumidas, nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM.

4. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

4.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMITENTE**, para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, representando os mesmos em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMITENTE**, devendo ainda declarar, observadas as condições desta emissão, e em especial o disposto no sub-item VII, antecipadamente vencidas as **DEBÊNTURES**, e cobrar seu principal e acessórios.

4.2. O exercício das atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO previstas nesta Escritura, será sempre limitado por decisão em contrário da Assembléia de Debenturistas, tomada pelo "quorum" mínimo de 2/3 (dois terços) das **DEBÊNTURES** em circulação.

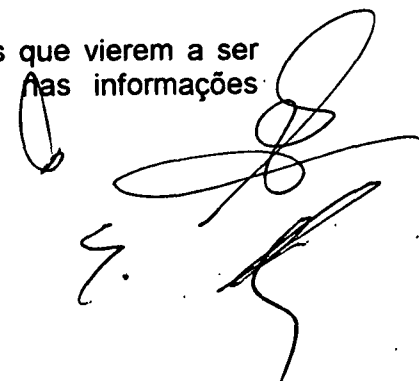
5. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO:

A **EMITENTE** ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos, observadas as disposições previstas no item VI.1 acima.

5.1. O ressarcimento a que se refere este sub-item VI.5, será efetuado imediatamente após a entrega à **EMITENTE** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.2. As despesas a que se refere este sub-item VI.5 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.



5.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do sub-item VI.5.1., será acrescido à dívida da EMITENTE e gozará das mesmas garantias das DEBÊNTURES, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VII - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente ~~Emissão com relação às respectivas DEBÊNTURES~~ e exigir o imediato pagamento pela EMITENTE do valor nominal das mesmas DEBÊNTURES, além das previstas no item IV.20 acima, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) em caso de declaração judicial, administrativa ou por decisão judicial, da dissolução da EMITENTE e/ou de sua liquidação;
- b) na ocorrência de eventos graves de natureza econômica ou financeira, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados, tais como planos econômicos divulgados pelas autoridades monetárias.

VIII - DA RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMITENTE prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

IX - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das DEBÊNTURES poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pela **EMITENTE**, pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das **DEBÊNTURES** em circulação.

3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

4. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) no mínimo, das **DEBÊNTURES** em circulação com relação a qualquer dos assuntos aqui previstos que exija aprovação dos Debenturistas.

X - DESPESAS

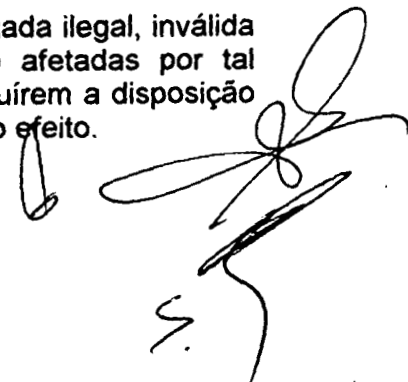
Correrão por conta da **EMITENTE** todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a escritura de emissão, ata da Assembléia Geral Extraordinária, bem como os custos com a publicidade desta última na forma legal.

XI - AVISOS E PUBLICAÇÕES LEGAIS

Todas as informações e comunicações de caráter geral aos Debenturistas, assim como qualquer publicação legalmente exigida deverá ser feita no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro.

XII - DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



XIII - DELEGAÇÃO

1. Fica delegada ao Conselho de Administração da EMITENTE a deliberação, no que couber, sobre as condições das debêntures constantes dos incisos VI e VIII do Art. 59 da Lei n. 6.404/76, bem como os poderes para retificar as deliberações tomadas em decorrência de eventual exigência da CVM, respeitadas as condições gerais aqui estabelecidas.
2. Fica investida a Diretoria da Companhia dos poderes necessários para contratar instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para proceder à colocação da presente emissão de debêntures.
3. Fica autorizada a Diretoria a solicitar, junto à Comissão de Valores Mobiliários, o pedido de Registro da Presente Emissão de Debêntures Simples da Sociedade, nos termos da regulamentação em vigor.

XIV - FORO

O Foro da presente Escritura será o da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1995

**CIA INTER-ATLANTICO
DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**

9.º OFÍCIO DE NOTAS

NOTÁRIO

José Augusto Piroenca Gomes

NOTÁRIA SUBSTITUTA

Maria Lucia de Freitas Frias

AUTORIZADO

Verônica de Fátima do A. Bastos Rio de Janeiro

CUSTAS DISPENSADAS

Av. Almirante Barroso, 139 Lapa - RJ

Tel. 240-1344

END DE JANEIRO - CAPITAL

Testemunhas:

1. Elisa S. Pereira Lima

2. Sumare Loure

Cartório do 21º Ofício de Notas. Travessa do Ouvidor, 21 B. Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e PAULO PAVARINI

No: 9122
Rio de Janeiro, 01 de Junho de 1995. Conf. por: 80
Em Testemunha Correlata da verdade.

Trv. do Ouvidor, 21 B. Substituto
Rio de Janeiro

Valor: 2.76